

Assembléia da Adusp avaliou campanha salarial e elegeu delegados ao 21º Conad

Na Assembléia de 19/2, foram eleitos por votação unânime os delegados da Adusp ao 21º Congresso do Andes (Conad), que se realizaria em Rio Grande (RS), de 23 a 28 de fevereiro. Os delegados eleitos são os professores Arsênio Sales, Américo Kerr, Ciro Correia, Leonel Itaussu, Lighia Horodinsky-Matsushigue, Marcos Silva, Osvaldo Coggiola e Sérgio Souto.

A Assembléia também examinou a questão salarial, concluindo pela existência de fatores positivos para a economia, que devem condicionar o aumento do ICMS e portanto o repasse para as universidades: o fim do racionamento de energia, a queda do preço dos combustíveis e o fato de ser um ano eleitoral, em que tendem a ocorrer maiores liberações financeiras para projetos e gastos em atividades eleitorais.

Critérios

No entender da Assembléia, a campanha salarial deverá contar com uma pauta concisa, que contemple também a questão da punição aos estudantes. Foram definidos critérios para a pauta: a) a meta não deverá restringir-se às perdas atuais (12,4%), b) não centrar-se apenas na questão do orçamento, mas apontar para um horizonte que contemple a necessidade de expansão e os referenciais históricos dos salários e de nossas lutas, c) apresentar uma fórmula que permita, por exem-



Assembléia de 19/2, na História

plo, reivindicar, além das perdas, algum tipo de valorização dos níveis do início da carreira.

Considerou-se importante dar início ao debate, nas unidades, da questão da campanha e programar a próxima reunião do CR e uma nova assembléia da Adusp, levando em conta a reunião do Fórum das Seis, já marcada para 5/3, com um boletim do Fórum previsto para circular no dia 11/3 (leia na página 3 tex-

to sobre reunião do Fórum de 18/2).

Houve sugestão de organização de seminários, com representantes de congregações e membros da administração, sobre orçamento das unidades no ano passado, o orçamento aprovado pelo CO para 2002 e o fechamento das contas da universidade em 2001.

Unidades

A Assembléia deliberou indicar para as unidades:

1) a discussão, para deliberação numa próxima assembléia, da participação da Adusp na greve geral programada pela CUT para o dia 21/3;

2) a discussão, para deliberação na próxima assembléia, de homenagem ou ato de desagravo ao movimento estudantil por conta de sua ação decisiva para exigir uma discussão pública sobre as fundações privadas na USP, dando destaque à questão no *Informativo Adusp*.

**Paraná e Paraíba:
continua a greve
nas estaduais**

página 3

**II Fórum Social Mundial:
um relato de nossos
representantes**

página 4

Garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível

Tendo como mote central a frase acima, ocorrerá em São Paulo, entre os dias 23 e 26 de abril, no Palácio das Convenções do Anhembi, o 4º Congresso Nacional de Educação (4º Coned). O 4º Coned, como os três anteriores, reunirá os trabalhadores docentes, não docentes e estudantes dos diferentes níveis educacionais do país, além de representantes de movimentos sociais.

Os dois primeiros Coneds, realizados em Belo Horizonte em 1996 e 1997, construíram de forma democrática o Plano Nacional de Educação (PNE): Proposta da Sociedade Brasileira que foi apresentado ao Congresso Nacional em dezembro de 1997 e transformado no PL nº 4.155/98, em fevereiro de 1998. Esse nosso PNE provocou o governo à apresentação apressada do PNE/MEC (PL nº 4.173/98), estabele-

cendo-se um confronto entre duas propostas antagônicas para a educação nacional.

O 3º Coned, realizado em Porto Alegre em dezembro de 1999, foi idealizado como um momento importante na luta entre essas duas propostas de PNE e pela transformação da educação em prioridade nacional. Daí o triplo caráter então estabelecido para o 3º Coned: informação e análise, constatação e denúncia, definição e articulação de políticas educacionais.

Em janeiro de 2001, o Congresso Nacional transformou em lei (nº 10.134/01) um projeto de PNE cujo relator foi o deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) e que tinha como documento base o PNE/MEC. Mesmo assim, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou várias das medidas orçamentárias que permitiriam implementar parcialmente al-

gumas das metas constantes do nosso PNE.

Os vetos de FHC

FHC vetou o incremento de 0,5% do PIB/ano em gastos com educação até atingir 7% (nosso plano indicava a meta de 10%), superando os cerca de 4% atuais; vetou também a ampliação do número de estudantes universitários para 30% da faixa etária 18-24 anos que hoje está por volta de 12%; vetou ainda outra meta que dizia que a oferta de ensino superior público no país nunca seria inferior a 40% do total de vagas, superando os atuais 25%. Não podemos deixar de frisar que em São Paulo a oferta de vagas públicas está por volta de 15% do total! A recente discussão sobre a expansão de ensino superior de qualidade é apenas um exemplo da importância da luta pela implementação das metas contidas no nosso PNE.

O 4º Coned, que está em fase de estruturação, foi desenhado como um elemento de análise e luta em defesa de uma educação com qualidade social, contemplando os seguintes quatro eixos temáticos: I - Organização e Avaliação da Educação Nacional, II - Gestão Democrática da Educação Nacional, III - Financiamento da Educação Nacional e IV - Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação.

Para a implementação dessa temática o 4º Coned conterá conferências, mesas redondas, apresentação de trabalhos em pôsteres, grupos de trabalho, plenárias temáticas e plenária final. A inscrição de trabalhos, para os quatro temas, irá de 28/02 a 23/03 e a inscrição individual de participantes de 28/02 a 18/04. Nos próximos informativos estaremos divulgando detalhes da programação do evento.

Calourada discute sentido público da Universidade

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) promove na quarta-feira, dia 27/2, a Calourada Unificada. Neste dia, todos os alunos recém ingressados na USP estão convidados à participar de debates, oficinas e aulas públicas em que se discutirão questões importantes para a comunidade acadêmica, como a democratização das estruturas da Universidade, a perseguição política a estudantes, a USP como espaço público, financiamento da universidade.

Serão duas aulas públicas, em horários alternados (às 13h e às 18h, para que todos os estudantes possam comparecer) sobre o sentido público da Universidade. Na primeira, no gramado da Reitoria, estarão presentes os professores Emir Sader, Franklin Leopoldo e Lisete Arellaro. A aula da noite será no Anfiteatro Camargo Guarnieri e contará com a participação dos professores Fábio Konder Comparato e Paulo Arantes.



Daniel Garcia

Durante toda a tarde, no prédio de Letras, acontecerão debates e oficinas sobre temas como fundações de direito privado na Universidade (com a presença de representantes da Adusp), a perseguição política a estudantes, o fechamento do campus Butantã, ex-

tensão universitária, a ALCA, entre outros assuntos. Encerrando as atividades, a partir das 20h haverá um show na Praça do Relógio com a participação dos grupos Cachuera!, Batuquerô, Paulo Vanzolini, Germano Mathias e Mestre Ambrósio.

Fórum das Seis voltou a reunir-se

O Fórum das Seis voltou a reunir-se no dia 18/2, para dar início aos preparativos para a Campanha Salarial de 2002.

Embora anteriormente solicitado, o Cruesp ainda não enviou as planilhas de janeiro e fevereiro de 2002, nem a do fechamento de 2001. Será enviado novo ofício cobrando as três.

A estimativa de perdas salariais indica que elas atingirão 12,4%. A inflação proje-

tada de abril de 2001 a abril de 2002 é de 11,2%, devendo-se multiplicá-la por um resíduo de 1,13%, relativo aos 7,2% de inflação registrados de abril de 2000 a abril de 2001, descontando o reajuste dado em maio de 2001 de 6%.

Após debate, o Fórum das Seis adotou as seguintes deliberações:

- Queremos ter os estudantes conosco no Fórum e na Campanha Salarial e os DCEs

continuarão a ser convocados para as reuniões do Fórum;

- A responsabilidade pela negociação salarial é das entidades sindicais que compõem o Fórum;

- O Fórum indica que as assembleias das entidades organizem atividades para a Greve Geral do dia 21/3, convocada pela CUT;

- Foi definido que Adusp ficará responsável pela coordenação do Fórum, na figura do seu presidente, professor

Ciro Correia.

Uma nova reunião do Fórum será realizada no dia 5/3, terça-feira, para elaboração de um primeiro boletim da Campanha Salarial 2002 e definição do cronograma de atividades da campanha. As entidades de cada universidade deverão trazer para a próxima reunião informações e análises sobre os orçamentos aprovados pelos Conselhos Universitários e as provisões para salários.

GREVE NAS ESTADUAIS

Mesa técnica refuta argumentos do governo paraibano

A Universidade Estadual da Paraíba está em greve há mais de 120 dias, por reposição de perdas salariais calculadas em 75%. No dia 22/2, uma mesa técnica entre o governo da Paraíba e os docentes e funcionários da Universidade Estadual (UEPB), não resultou em avanços na negociação, dada a intransigência governamental.

A mesa técnica reuniu, de um lado, os secretários estaduais de Administração, Finanças e Educação; e de outro lado representantes da Associação dos Docentes (Adupeb) e do Dieese, com a participação também do professor Ciro Correia, presidente da Adusp, e de um auditor fiscal do município de Olinda (PE), ambos especialmente convidados pelos docentes da UEPB para assessorá-los nas negociações.

O objetivo da reunião: analisar as contas do Estado da Paraíba, que usa os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como argumento para não conceder o reajuste reivindicado por docentes e funcionários.

Ficou claro que, mesmo dentro dos percentuais estabelecidos pela LRF, há recursos mais que suficientes para atender as reivindicações.

Antes da reunião, a Secretaria de Finanças enviara ao comando de greve algumas plani-

lhas mostrando que o governo estava no limite da LRF, explicou a professora Marlene Alves de Souza, presidente da Adupeb. “No entanto, quando comparamos esses números com as prestações de contas no Tribunal de Contas do Estado, no

Ministério Público e na Assembleia Legislativa, vimos que os dados não batem”.

No dia 20/2, o governador José Maranhão entrou com pedido de ilegalidade da greve no Tribunal de Justiça da Paraíba. O pedido foi direta-

mente encaminhado para julgamento, sem análise prévia, e numa decisão inédita no TJ paraibano foi retirado de pauta, para que a Adupeb possa apresentar sua defesa. Uma nova audiência foi marcada para o dia 27/2.

Projeto de “autonomia” de Lerner só piora situação das estaduais paranaenses

Em greve há mais de 150 dias, as universidades estaduais do Paraná enfrentam agora um projeto de lei proposto pelo governador Jaime Lerner como contraproposta ao reajuste de 30% pretendido pelo movimento grevista. Segundo a professora Carmem Rocha, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Maringá (Aduem), a frustração foi grande em relação a proposta.

O projeto de lei pretende fixar uma cota do ICMS a ser repassado às universidades, a exemplo do que acontece nas estaduais paulistas, e a partir daí o montante seria distribuído de acordo com critérios das universidades, isentando o governo estadual de qualquer responsabilidade no que concerne a reajustes

salariais, por exemplo.

Mas a proposta também prevê modificações na formação dos conselhos das universidades, que contariam com um número maior de membros de fora da comunidade acadêmica, escolhidos pelo governador; o fim da eleição dos reitores pela universidade (que passariam a ser escolhidos pelo governo estadual); a reserva de 80% das vagas nas universidades para alunos que cursaram os dois últimos anos no Estado do Paraná, entre outros.

Para Carmem, a proposta é “inconcebível”. “Esse pacote proposto por Lerner ameaça o poder de decisão da universidade. Não vemos em que sentido é uma proposta de autonomia”, disse ao *Informativo Adusp*. A professora também afirma que o percentual do ICM a ser re-

passado às estaduais, fixado pelo governo em 9%, não seria suficiente para atender às reivindicações. “Para este ano, o recolhimento desses 9% equivaleria ao mesmo valor repassado em 2001, ou seja, nenhum reajuste para as contas da universidade”.

O comando de greve irá formar uma comissão que deverá ir a Curitiba conversar com o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, o deputado Hermas Brandão (PSDB-PR), solicitando que o projeto de lei de Autonomia Universitária seja retirado de pauta. O governo paranaense estabeleceu um prazo para sexta-feira, dia 22/2, para que os grevistas aceitem sua proposta e voltem ao trabalho. Mas “a greve continua até que o governo nos apresente alguma proposta negociável”, disse Carmem.

O II Fórum Social Mundial

Porto Alegre, 31 de janeiro – 5 de fevereiro de 2002

O II FSM foi um sucesso desde todos os pontos de vista, tendo triplicado o número de delegados inscritos (que superou 60 mil pessoas, provenientes de 150 países), de conferências, mesas redondas e seminários, em relação ao primeiro, realizado em janeiro de 2001, na mesma cidade de Porto Alegre. Deve ser consignada a presença de vários dos mais renomados intelectuais do planeta (como o lingüista Noan Chomsky, o escritor José Saramago, o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel, entre outros), assim como o grande espaço concedido ao debate sobre educação, na elaboração de uma alternativa ao neoliberalismo, em escala internacional.

Também deve ser consignada a ausência de representantes do governo federal, das autoridades universitárias federais ou da USP. Entretanto, as universidades públicas estiveram presentes com um contingente significativo de alunos e funcionários, assim como por vários professores, entre os quais dois delegados da Adusp (o Andes-SN também esteve representado pela maioria dos membros de sua Diretoria Executiva).

900 eventos

As 28 conferências, as dezenas de seminários e as mais de 700 oficinas foram bastante politizadas, e fortemente influenciadas pela proximidade, geográfica e política, da crise econômica e social da Argentina, permanentemente citada como exemplo do colapso do neoliberalismo e do receituário emanado dos organismos financeiros internacionais. Sendo a totalidade dos eventos realizados em número superior a 900, em menos de seis dias, seria impossível, inclusive para um grupo numeroso de observadores, cobrir com presença direta a maioria deles.

A primeira impressão era a de estar participando, de modo privilegiado, de um evento

de características únicas, dada a enorme diversidade cultural e nacional dos participantes, o que tornou os debates excepcionalmente ricos, em especial nos “workshops” (oficinas), onde a participação era mais fácil e os debates mais livres, em que pesem as inevitáveis dificuldades lingüísticas (só havia tradução simultânea nas conferências e em alguns seminários).

Se um dos aspectos a ser notado foi o da grande preocupação motivada pela crise econômica (em especial, como foi dito, da Argentina) e pela guerra (incluída a escalada bélica anunciada pelo discurso oficial do presidente dos EUA, pronunciado durante o FSM, e pelo recente orçamento militar aprovado pelos próprios EUA), outro aspecto importante foi o grande número de análises e debates consagrados à educação e à universidade, por parte de representantes dos mais diversos países. Esperamos que as publicações resultantes do FSM possam aproximar essas contribuições de um público mais vasto.

Heterogeneidade

A extrema diversidade de composição do FSM, por outro lado, não pode ser apreciada de maneira ingênua, como um ponto incondicionalmente positivo. Isto por várias razões: a) diversos setores apontavam que a “amplitude” excessiva da composição do FSM fez com que nele fossem incluídos, com destaque, representantes políticos que pouco têm a ver com um ponto de vista crítico do modelo atual, incluindo seus aspectos bélicos (por exemplo, diversos ministros de países europeus); b) a “amplitude” referida foi também criticada por ser unidirecional: os responsáveis pelo FSM se opuseram, com êxito, à presença de Fidel Castro e Hugo Chávez (para evitar uma excessiva “politização” do FSM, alegaram); c) a pró-

pria extrema diversidade do FSM fez com que o fórum não se encaminhasse para a elaboração de propostas concretas, ou até mesmo uma análise comum ou majoritária, dificultadas pela grande heterogeneidade política (e até social) de sua composição.

O caráter único da experiência do Fórum não se perde por esses motivos. Foi acordada a realização do III FSM, em janeiro de 2003, novamente em Porto Alegre. O professor Osvaldo Coggiola, um dos representantes da Adusp, participou como expositor em duas oficinas, relativas à crise argentina no quadro da crise econômica mundial, e a “Estado nacional e globalização”, como coordenador de uma oficina consagrada às guerras da última década (na qual expuseram representantes da América Latina, dos Balcãs e

da Rússia), e do lançamento, com debate, de uma coletânea com textos de Isabel Monal (decana de filosofia da Universidade de Havana), Hebe de Bonafini (presidente da Associação “Mães da Praça de Maio”) e Michael Löwy (pesquisador do CNRS da França), também presentes.

O professor Sérgio Tadeu Meirelles, também representante da Adusp, participou de debates e seminários, especialmente os voltados para a questão educacional e universitária, intervindo na oficina organizada pelo DCE-Livre da USP sobre a questão das fundações privadas universitárias. Alunos e funcionários da USP honraram a nossa comunidade, em especial nas manifestações contra a Alca e em solidariedade à Argentina, realizadas no centro de Porto Alegre durante o Fórum.

CUT convoca greve geral contra perda de direitos dos assalariados

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma greve geral no dia 21/3, em protesto contra as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho pretendidas pelo governo. No Congresso Nacional tramitam diversos projetos de lei que têm preocupado os trabalhadores e entidades como a OAB, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Associação dos Procuradores do Trabalho.

“Flexibilização”

Dentre os projetos de lei em tramitação, especial destaque deve ser atribuído aos seguintes:

a) 4.302-B, que pretende alterar a Lei 6019/74, para permitir-se a legalização da locação de mão-de-obra, por prazo de nove meses ou mais, por negociação coletiva, quer para os casos de atividade “meio”, quer para os casos de “atividades fins”, autorizando, assim, que a terceirização seja praticada sem quaisquer ressalvas e ou reservas;

b) 5.483/2001, encaminhado em regime de urgência, que, alterando o art. 618 da CLT, pretende a prevalência do negociado sobre o legislado, deixando a lei de assegurar limites mínimos para direitos trabalhistas. A nova redação de alteração do art. 618 da CLT proposta pelo projeto governamental tem a seguinte redação: *As condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde de que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e de saúde no trabalho.*